

João de Páscoa: um índio Pankararu

Este texto conta a instigante história de João de Páscoa, um índio Pankararu cuja trajetória mostra os processos vividos pela diversidade étnico-racial no Brasil. Mostra uma forma de ser indígena pouco comum no imaginário social. Este texto ajudará você a compreender os conceitos do texto *O reconhecimento da diversidade étnico-racial*.

João de Páscoa é índio Pankararu, morador da aldeia do Brejo dos Padres, localizada no sertão de Pernambuco. Mas não foi sempre assim. Ele nasceu em meados da década de 1920, em um período de grande seca, por isso, a população migrou em busca de melhores condições. Como ele conta:

Fui batizado na igreja de Geripancó, e já tinha lá índio daqui, que os índios ia trabalhar e ficava por ali, constituía família e, então, formou outra tribo. É onde deu origem à tribo dos Geripancó.

Depois, quando ele já era menino, a família de João de Páscoa migrou novamente:

Nós descemos de Palmeira dos Índios e fomos ajudar a erguer a aldeia dos Xucurus, isso foi na época de 1932. Eu fiquei lá e me criei com os índios de lá, no ritual deles. A gente dançava, fumava, todo mundo tinha que levar uma lembrança lá toda semana; um comprava fumo, outro comprava rapadura, tudo assim, pra pedir pros Encantos virem a terra. A meninada toda saía pra feira da cidade pra ganhar frete daquelas mulheres que faziam feira. Iam com o balaio na cabeça e ganhavam 200 réis, 300 réis.

Foi só quando o seu povo teve o território tradicional reconhecido pelo Estado brasileiro como área indígena Pankararu, na década de 1940, que a sua família retornou à terra de origem: "Eu já tava com 14 anos, aí vim para aqui e a terra já tava demarcada". Na verdade, os Pankararu ocupam o mesmo território desde pelo menos o século XVIII, quando foram aldeados por padres Capuchinhos, mas no final do século XIX eles foram declarados extintos e as terras do seu aldeamento foram loteadas. Nessa mesma época, os últimos aldeamentos do Nordeste tinham sido considerados extintos porque os seus índios já estavam muito misturados, segundo a opinião dos governos provinciais.

No caso Pankararu, houve um segundo propósito: as terras do seu aldeamento foram distribuídas entre algumas famílias indígenas e outras tantas famílias de escravos, que estavam sendo libertadas um pouco antes da abolição da escravatura, em troca de indenizações, pelos fazendeiros da região. Era um bom negócio, pois ao manterem os

escravos por perto, nas terras do aldeamento, junto com os índios declarados não mais índios, os fazendeiros lucravam com a abolição sem perderem o controle sobre a sua mão-de-obra. Na década de 1940, porém, quase sessenta anos depois de serem declarados

**Na década de 1940,
(...) quase sessenta
anos depois de serem
declarados extintos,
os Pankararu, (...)
continuavam realizando
seus rituais, suas festas
e mantendo a religião.
Conseguiram, assim, ser
reconhecidos novamente
como indígenas,
recuperando também,
em parte, o direito sobre
suas terras.**

extintos, os Pankararu, que tinham absorvido as famílias negras em sua sociedade por meio dos casamentos, continuavam realizando seus rituais, suas festas e mantendo a religião. Conseguiram, assim, ser reconhecidos novamente como indígenas, recuperando também, em parte, o direito sobre suas terras.

Mas a história de João de Páscoa continua por outros caminhos:

Aí depois eu fiquei adulto, trabalhei e depois que já tinha duas filhas, aí eu fui agenciado pra ir pra São Paulo cortar lenha no machado. E eu fui pra lá e ela [aponta para a esposa] ficou aí. Passei um ano, depois era pra vim e não vim. Passei outro ano lá mesmo, aí quando eu vim já trouxe um bocado de coisa, era relógio, era aquelas cobertas berrantes, aquela vitrolinha de mão, aí melhorou. Depois o dinheiro acabou e escrevi para São Paulo de novo. Aí os portugueses da Light me mandaram que eu fosse, aí eu fui e dessa vez passei 17 anos... [riso].

João de Páscoa, como muitos outros nordestinos, foi trabalhar em São Paulo, levado pelos chamados "gatos", que recrutavam trabalhadores em áreas pobres do Nordeste e os levavam para outras regiões, transportados em caminhões "pau-de-arara". Lá realizavam serviços cujo pagamento também era intermediado pelos "gatos", que ficavam com a maior parte dele:

Eles vinham buscá a gente, era comum, vinham aqui para entregá pra empreiteiro. Aí o pau-de-arara rodava direto. Cê vê, o homem nordestino, toda a vida ele migrou para o sul, principalmente pra São Paulo, para a lavoura, pro Paraná, para aquele meio de mundo ali.

João explica que durante os longos períodos em que ele e seus companheiros passavam em São Paulo não deixavam de respeitar o ritual tribal:

Eu vivia no mato mais esse povo daqui, que tava comigo, era tudo índio. Eu lá não trabalhei com civilizado. Eu recebia dinheiro do civilizado, mas o pessoal meu era tudo índio. [...] Aí todo mundo fazia o ritual. A gente tinha de tudo lá dentro do mato. Tinha cachorro pra caçar e fazia comida de caça. Lá eu achei bonito. Uma tribo podia viver lá na serra de Santos, viu? Eu só não gostei do borrachudo [risos], que me ferrô o sangue. Mas lá a gente mantinha a tradição. Tinha horas que tinha 20, tinha horas que tinha 30 [pessoas], se reunia, e tinha respeito.

Ainda assim, fosse na cidade, fosse junto aos outros trabalhadores, João de Páscoa e seus companheiros de aldeia eram questionados quanto à sua identidade de índios. Diziam: “Você não é índio, você não é nada, você não sabe de nada”, conta. E isso acontecia ainda mais com o próprio João devido à cor clara dos seus olhos de mestiço. Falavam: “Oh, seu João, o senhor não é índio não, que o senhor tem olho de gato...”, ao que João Natal respondia:

O grande dilema era saber que eram índios, apesar de estar fora de suas terras e não ter a aparência que todos esperam que um índio tenha, conforme se aprendeu no cinema, na televisão e mesmo nos livros de escola.

“Eu não sou não? Agora, o meu povo era índio e eu mantenho a tradição e conservo ela até hoje”. Por isso, esses homens e as suas famílias, que aos poucos os acompanhavam nas viagens para São Paulo, não revelavam sua origem indígena: “Não, nós não ia dizer pra ninguém que era índio, a não ser alguém que perguntasse ou qualquer coisa por um acaso, mas nós nunca foi falar que era índio”. O grande dilema era saber que eram índios, apesar de estar fora de suas terras e não ter a aparência que todos esperam que um índio tenha, conforme se aprendeu no cinema, na televisão e mesmo nos livros de escola:

Eu não acho que sô índio porque eu fui violado. Agora, eu mantenho minha tradição, porque [...] eu fui, eu me criei como índio. Agora, eu não tenho é a fisionomia de índio, mas talvez um índio [com aparência de índio] não tenha a fé que eu tenho na minha tradição.

Depois de dezessete anos, João de Páscoa, sua esposa e parte dos filhos voltaram para a sua terra indígena de origem: “E se eu não venho de lá, tinha ficado meus filhos todinhos lá... Aí casou dois que ficaram”. João voltou e transformou-se em importante liderança na luta pela demarcação definitiva das suas terras, passou um período como cacique, mas novamente foi desrespeitado pelos funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio) em função dos seus “olhos de gato”. Hoje ele vive com a esposa em uma casinha da aldeia,

(...) várias outras famílias Pankararu migraram para São Paulo, mas sempre procurando morar umas perto das outras, já que a identidade de parentesco e o fato de serem índios da mesma aldeia formavam uma rede de solidariedade entre eles.

cercado pelas casas de seus filhos que voltaram com o casal e já criaram suas próprias famílias. Mas uma de suas filhas continuou em São Paulo, morando na favela do Real Parque, bairro do Morumbi, junto com mais cerca de 1.200 índios Pankararu.

Desde a década de 1950, quando da viagem de João de Páscoa, várias outras famílias Pankararu migraram para São Paulo, mas sempre procurando morar umas perto das outras, já que a identidade de parentesco e o fato de serem índios da mesma aldeia formavam uma rede de solidariedade entre eles. Desde então, o grupo vive no Real Parque, mas sempre voltando, de tempos em tempos, para a aldeia original, onde passam férias ou vão trabalhar na terra, alternando períodos na aldeia e na favela.

Em São Paulo, como disse João de Páscoa, eles sempre realizavam seus rituais apenas em ambientes familiares, sem revelar serem índios. Mas isto mudou na década de 1980, depois que a morte de um jovem Pankararu chegou aos jornais e ao conhecimento da Funai. Como forma de se protegerem da crescente violência urbana que atingia a sua favela, os Pankararu resolveram dar a conhecer que eram um grupo indígena em plena metrópole, e passaram a se organizar em associações e a receber amparo da Igreja Católica, da Funai e de outras entidades de apoio ao índio e aos Direitos Humanos. Deixaram de realizar seus rituais apenas em ambientes familiares e retomaram as danças do Toré em terreiros abertos, voltando a usar trajes tradicionais em dias de festa. Com isso também conseguiram realizar uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e tiveram acesso a uma cota de bolsas de estudos para os seus jovens, assim como para os jovens de outros grupos indígenas que atualmente também moram em São Paulo. Atualmente existe um outro programa semelhante também na USP.

A filha de João de Páscoa, moradora da favela Real Parque, que poucas vezes tinha voltado à aldeia dos seus pais e que tantas vezes fora chamada de negra, hoje é bolsista do curso de literatura da PUC-SP e freqüenta reuniões quinzenais, aos sábados, para discutir questões relacionadas à identidade dos indígenas que moram na cidade.